

**Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen  
(Organizadora)**



**Ciências da  
Comunicação**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen  
(Organizadora)

## Ciências da Comunicação

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências da comunicação [recurso eletrônico] / Organizadora  
Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa  
(PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências da Comunicação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-204-3

DOI 10.22533/at.ed.043192503

1. Comunicação – Aspectos políticos. 2. Comunicação de massa.  
3. Internet. 4. Jornalismo. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu  
Torres. II. Série.

CDD 302.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O primeiro volume da obra “Ciências da Comunicação” é composto por 28 artigos que aproximam as reflexões teóricas da prática cotidiana profissional e trazem importantes contribuições para a área da comunicação.

Dividido em três núcleos temáticos, o livro reúne aportes teóricos sobre os movimentos sociais e ações coletivas e apresenta pesquisas referentes à democratização da comunicação, ao papel do jornalismo alternativo na sociedade e às formas de financiamento da imprensa baseadas em novos modelos de negócio. A obra também traz algumas análises de coberturas jornalísticas, uma pesquisa sobre o interagendamento e contra-agendamento midiático de acordo com os conceitos de Maxell McCombs e Luiz Martins da Silva e reforça a importância da crítica para o jornalismo.

A partir do segundo núcleo temático, o leitor encontrará pesquisas sobre o posicionamento da mulher na sociedade e a sua imagem na mídia. As pesquisas discutem a diversidade na perspectiva do gênero, a formação de estereótipos na comunicação audiovisual, os desafios enfrentados pelos imigrantes e a representação de diferentes culturas pelos meios de comunicação. Por fim, o último núcleo temático reúne pesquisas referentes à comunicação organizacional, às estratégias voltadas aos diferentes públicos e às construções discursivas realizadas pelas organizações.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE NO CASO BRASILEIRO	
Carlos Henrique Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.0431925031	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
“O JORNAL BURGUEÊS CONSEGUE FAZER-SE PAGAR PELA PRÓPRIA CLASSE TRABALHADORA QUE ELE COMBATE SEMPRE”: FINANCIAMENTO E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE NO JORNALISMO SEGUNDO LÊNIN E GRAMSCI	
Willian Casagrande Fusaro	
Manoel Dourado Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.0431925032	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
DA IMPRENSA SINDICAL PARA A IMPRENSA DE MASSA: INTERAGENDAMENTO E CONTRA-AGENDAMENTO	
Alexsandro Teixeira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.0431925033	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
MÍDIA NINJA: PROCESSO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES AUDIOVISUAIS, POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS, SOBRE O CASO MARIELLE FRANCO	
Valéria Noronha de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0431925034	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>44</b>
MANIFESTAÇÕES EM MEGAEVENTOS: APONTAMENTOS SOBRE A COBERTURA DO SITE G1 E MÍDIA NINJA DA COPA DO MUNDO 2014	
Milton Julio Faccin	
Marcelo Vinícius Masseno Viana	
DOI 10.22533/at.ed.0431925035	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>55</b>
ENCHENTES DE 2017 NO RIO GRANDE DO SUL PELOS PORTAIS DE NOTÍCIAS DE TENENTE PORTELA	
Lidia Paula Trentin	
Mônica Cristine Fort	
DOI 10.22533/at.ed.0431925036	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
O MONTE EVEREST EM “NO AR RAREFEITO” – UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DIALÓGICA	
Taíssa Maria Tavares Guerreiro	
Deivid Santos Vieira	
Isabelle Caroline Rodrigues de Sá	
Kethleen Guerreiro Rebêlo	
Liam Cavalcante Macedo	
Marcos Felipe Rodrigues de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0431925037	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>77</b>
“DANÇANDO SOBRE ARQUITETURA” - DESAFIOS ATUAIS DA CRÍTICA DE MÚSICA	
<a href="#">Rafael Machado Saldanha</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0431925038</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>89</b>
ALBERTO DINES E O PAPEL DA CRÍTICA JORNALÍSTICA NA IMPRENSA BRASILEIRA	
<a href="#">Diana de Azeredo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0431925039</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>103</b>
DILMA ROUSSEFF: O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA	
<a href="#">Tylcéia Tyza Ribeiro Xavier</a>	
<a href="#">Sílvia Ramos Bezerra</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250310</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>117</b>
JORNALISMO, CULTURA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS MULHERES NAS CAPAS DA ROLLING STONE BRASIL	
<a href="#">Luiz Henrique Zart</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250311</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>131</b>
A PRESENÇA FEMININA NO JORNALISMO ESPORTIVO DA TELEVISÃO ABERTA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA “JOGO ABERTO”, DA BANDEIRANTES	
<a href="#">Érika Alfaro de Araújo</a>	
<a href="#">Mauro de Souza Ventura</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250312</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>146</b>
DIVERSINE, UMA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA FÍLMICA PARA PENSAR A DIVERSIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO	
<a href="#">Hugo Bueno Badaró</a>	
<a href="#">Thaumaturgo Ferreira de Souza</a>	
<a href="#">Maria Lúcia Tinoco Pacheco</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250313</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>155</b>
COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL E FORMAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS: HOMOSSEXUALIDADE NA TELEVISÃO BRASILEIRA	
<a href="#">Pablo de Oliveira Lopes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250314</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>165</b>
O HOMEM TRANS NA PUBLICIDADE: UMA ANÁLISE DO ANÚNCIO <i>UNLIMITED COURAGE</i> , DA MARCA NIKE	
<a href="#">Nicolau Jordan Girardi</a>	
<a href="#">Adriana Stela Bassini Edral</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250315</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>180</b>
VIOLAÇÃO DE DIREITOS LGBTI+ NA CAMPANHA DA RÁDIO JOVEM PAN PARA O DIA INTERNACIONAL DE COMBATE À LGBTIFOBIA	
Adriano Quaresma da Costa Armando Leandro Ribeiro da Silva Esthefany Carolyne Silva da Cruz Karen Isabela Leite Alcântara Matheus Henrique Cardoso Luz Lorena Cruz Esteves Suzana de Cassia Serrão Magalhães	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250316</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>192</b>
EVIDÊNCIAS E SILÊNCIAMENTOS NOS DISCURSOS DE LÁGRIMAS CONTRA A POLÍTICA DE TOLERÂNCIA ZERO ANTI-IMIGRAÇÃO DOS USA	
Magali Simone de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250317</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>208</b>
O IMIGRANTE NO MEIO ACADÊMICO: ESTUDO DE CASO	
Benalva da Silva Vitorio	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250318</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>222</b>
UMA DISCUSSÃO SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ	
Alcilaine de Macedo Alencar Carolina Fernandes da Silva Mandaji	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250319</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>235</b>
A CULTURA DO SOL NASCENTE NAS TERRAS CAPIXABAS	
Rafaela Daima Lima Danielly Veloso Schulthais Andressa Zoi Nathanailides	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250320</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>245</b>
A REPRESENTAÇÃO DOS ASIÁTICOS NA TV BRASILEIRA: APONTAMENTOS INICIAIS	
Krystal Urbano Maria Elizabeth Pinto de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250321</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>260</b>
CULTURA ORGANIZACIONAL PROPÍCIA ÀS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA IDENTIFICAR OS TIPOS DE CULTURA ORGANIZACIONAL	
Maria José da Costa Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250322</b>	

<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>272</b>
COMO O <i>OMBUDSMAN</i> DE DADOS PODE REFORÇAR A MULTIDISCIPLINARIDADE NA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL?	
Wallace Chermont Baldo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250323</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>284</b>
COMUNICAÇÃO MERCADOLÓGICA EM CLUBES DE FUTEBOL DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA: RELACIONAMENTO COM OS PÚBLICOS-ALVO	
Karla Caldas Ehrenberg Ary José Rocco Junior Carlos Henrique de Souza Padeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250324</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>297</b>
OS PÚBLICOS PROJETADOS: CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS NA PROPOSIÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS ORGANIZAÇÕES	
Márcio Simeone Henriques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250325</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>308</b>
ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: PLANEJAMENTO E PÚBLICOS EM UMA CAMPANHA INCLUSIVA PARA PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO	
Victor Said dos Santos Sousa Leonardo Santa Inês Cunha Lidiane Santos de Lima Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250326</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>322</b>
COMUNICAÇÃO COTIDIANA DOS VALORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: REPRODUZINDO CULTURA NAS REDES SOCIAIS (OU NÃO)	
Maria Augusta de Castro Seixas Emmanuel Paiva de Andrade	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250327</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>338</b>
A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE RONDÔNIA	
Edna Mendes dos Reis Okabayashi Moacir José dos Santos Monica Franchi Carniello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.04319250328</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>352</b>



## DILMA ROUSSEFF: O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

**Tylcéia Tyza Ribeiro Xavier**  
**Silvia Ramos Bezerra**

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá,  
MT

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é discutir o papel conferido à mulher na política brasileira, revelando como, no episódio da eleição da primeira mulher a presidência em 2011, a economista Dilma Rousseff, e seu impeachment em 2016, tornou-se possível observar e reconhecer, através do recolhimento de material jornalístico do período, sua face marcadamente machista e excludente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Dilma Rousseff; Brasil; Comunicação; Mulher; Política.

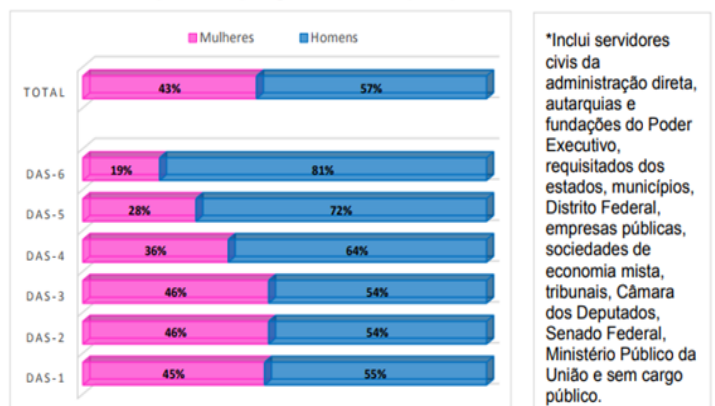
### INTRODUÇÃO

Assim como a maioria das democracias ocidentais e quase todos os governos nos demais países pelo mundo, a política no Brasil sempre foi composta em sua maioria por políticos do sexo masculino.

Esta discrepância é evidente nos dados coletados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística): em 2015 apenas 10% da Câmara dos Deputados do Brasil era composta por mulheres, são 51 deputadas em

contraste com 468 deputados. Desta forma, mesmo com mais da metade da população de eleitores sendo feminina e o país possuindo cerca de 6,3 milhões de mulheres a mais do que homens, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a ínfima participação feminina na política é ainda uma realidade.

**Distribuição de ocupantes de cargos diretivos na administração pública\*, por gênero e nível (DAS), Brasil, 2014**



Distribuição de cargos na administração pública

Fonte: Boletim estatístico de pessoal SIAPE, Brasil

Esses dados nos impõem que façamos os seguintes questionamentos: quais razões político-sociais justificam essa baixíssima participação feminina na política no Brasil? E principalmente, como os meios de comunicação contribuem para a cultura política que afasta as mulheres das esferas de poder machista na

política?

Desta forma, buscando iniciar uma compreensão sobre as causas desta disparidade, escolhemos analisar material comunicativo variado (notícias, memes, páginas do Facebook, entre outros) que circulou nos meses anteriores e posteriores ao impeachment da primeira mulher eleita presidente do Brasil, a economista Dilma Vana Rousseff.

O corpus do presente trabalho, portanto, fora recortado tendo em conta não apenas conteúdo jornalístico, mas também satírico de grande circulação na Internet no período de tempo informado, cujo mote principal era de construir a imagem pública da presidente em torno de signos marcadamente reconhecidos na literatura feminista contemporânea como signos próprios da cultura machista. Neste sentido, as imagens coletadas tinham como marcas simbólicas: a loucura, a incompetência, a inadequação física/corporal que eram associadas à presidente Dilma Rousseff em sua condição de mulher.



Foto oficial da presidente Dilma Rousseff (2011-2016)

## **POR QUE ESCOLHEMOS FALAR DA MULHER NA POLÍTICA?**

A política tornou-se, recentemente, uma temática presente no debate popular brasileiro. Hoje parece ter havido a superação da máxima folclórica de que “o povo brasileiro não se interessa por política”. Muitos estudiosos parecem estar atribuindo esta mudança cultural aos processos socioculturais oriundos da popularização da Internet e do fenômeno da inclusão digital (JENNINGS, ZEITNER, 2003; OWEN, VIDERAS, WILLEMSSEN, 2008).

Se ampliação do uso político da Internet registrado no Brasil nos últimos tempos abriu caminho para uma maior participação política, ela parece não ter sido suficiente para quebrar a barreira que separa as mulheres brasileiras de chegar aos mandatos políticos. Assim, se o espaço da política é tão importante para definição dos rumos da sociedade, por que se levou tanto tempo para que a mulher - que possui um papel fundamental para a continuidade da raça humana – pudesse ingressar na política e dela participar?

Historicamente, uma bibliografia vasta sobre o tema tem se formado. Recorremos,

contudo, a conceito de dominação masculina (1995), do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para o autor, o homem desfrutou historicamente de um “livre poder”, cabendo diversas restrições que foram dadas à mulher. Como esclarece Bourdieu:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os hábitos: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (BOURDIEU, 1995, p. 45).

A filósofa francesa Simone de Beauvoir consagrou-se no debate feminista com o livro “O Segundo Sexo” (1949), em que faz o questionamento que ainda permeia as sociedades contemporâneas: “o que é ser mulher?”. Beauvoir mostra como a mulher, desde o momento que nasce, é criada para ocupar uma posição subalterna em relação ao homem, devendo manter-se na condição de mãe e esposa. A condição feminina, portanto, não é natural, mas é histórica e culturalmente construída.

Não acredito que existam qualidades, valores, modos de vida especificamente femininos: seria admitir a existência de uma natureza feminina, quer dizer, aderir a um mito inventado pelos homens para prender as mulheres na sua condição de oprimidas. Não se trata para a mulher de se afirmar como mulher, mas de tornarem-se seres humanos na sua integridade (BEAUVOIR, 1949).

A recente ampliação do debate feminista no Brasil, com a presença cada vez mais acentuada de teorias e lutas pautadas na igualdade de gênero, permite que possamos refletir sobre o protagonismo da mulher na sociedade, tomando em conta também a sua dimensão política. É o que relatam Grossi e Miguel:

Nos últimos anos, crescem as reflexões, articulações e manifestações do movimento de mulheres e feministas, em torno da questão do acesso ao poder e do chamado *empoderamento* das mulheres. Essa também vem sendo a postura da bancada feminina no Congresso Nacional que, recorrentemente, articulada com diferentes organizações de mulheres, vem realizando ações com o objetivo de incentivar a participação de mais mulheres no âmbito do legislativo e nos demais espaços de poder. As parlamentares eleitas e as feministas militantes de partidos políticos têm influenciado seus partidos na criação de núcleos, coordenações ou articulações de mulheres, ao mesmo tempo em que têm contribuído para a introdução da política de cotas em algumas das direções partidárias (2001, p.01).

## O FEMININO NA POLÍTICA BRASILEIRA

Pelo mundo, as sufragistas, mulheres que lutaram pela garantia do direito ao voto, viram esta conquista acontecer, em certos países, apenas no começo do século XX. Como afirma Abreu:

As sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam

que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim (2002, p. 460).

No Brasil, as mulheres conseguiram direito ao voto parcial somente em 1932, sendo habilitadas para exercer o voto apenas as mulheres que tivessem autorização do pai, no caso de mulheres solteiras, ou do marido, se casadas. Entretanto, antes disso, em 1928, temos a excepcional trajetória de Luísa Alzira Teixeira Soriano, foi a primeira mulher da América Latina a governar uma cidade, antes mesmo que o direito ao voto feminino fosse conquistado.



Foto de Luísa Alzira Teixeira Soriano

Soriano liderou a cidade de Lajes no Estado Rio Grande do Norte, ganhando as eleições com 60% dos votos como votos masculinos, pois as mulheres ainda nem haviam conquistado o direito ao voto. A eleição de Luísa Soriano aconteceu graças à indicação para concorrer à prefeitura feita pela advogada Bertha Lutz, uma das responsáveis por trazer o feminismo ao Brasil.

Os tempos parecem ter mudado definitivamente nesses idos dos anos 1930, além da eleição de Luísa Soriano, as sufragistas por todo o país obtêm vitórias importantes. Após grande mobilização, Getúlio Vargas assina, em fevereiro de 1932, o decreto que confere direito de voto às mulheres. Em 1933, brasileiras passam a poder eleger os candidatos para a Assembleia Constituinte em todo o país, sendo, contudo, o voto feminino de caráter ainda facultativo. Nessa data é eleita a primeira deputada brasileira, a pedagoga, médica e escritora Carlota Pereira de Queirós.



Foto de Carlota Pereira de Queiroz

Em 1934, com a promulgação da Carta Magna de 1934, o direito feminino de voto passa a ser obrigatório e a mulher passa a poder votar sem quaisquer restrições. Consagra-se, desta forma, definitivamente, o direito feminino ao voto no Brasil, pois “com a queda de Vargas, em 1945, o país retorna à democracia e elabora-se uma nova Constituição. A Carta de 1946 não retrocede quanto ao direito de voto das mulheres e torna-o obrigatório” (MARQUES, 2018, p. 123).

Art. 133. O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei (BRASIL, 1946)

Mesmo com sua participação política feminina ter sido iniciada em meados do século XX, somente décadas depois, em 2011, o Brasil vai eleger sua primeira presidente. A primeira mulher chegou à presidência do Brasil após 35 presidentes do sexo masculino terem governado o país nos 196 anos de República. Desde a década de 1970, as mulheres vêm ampliando a presença no somatório de eleitores. Em 1970, elas representavam 35% do eleitorado e no ano de 2006 atingem a marca de 50% do total de eleitores, quebrando finalmente a maioria masculina no voto.

A supremacia feminina no eleitorado não é encontrada com relação à disputa eleitoral, uma vez que, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o número de candidaturas femininas alcançou apenas 31,7% do total de registros nas eleições de 2012. O que significa certo avanço, embora não haja correspondência destes números com relação aos mandatos conquistados por mulheres, que, como vimos, representam apenas 10% do total.

## **DILMA ROUSSEFF**

Dilma Vana Rousseff nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia 14 dezembro de 1947. Rousseff formou-se em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, após ter sido presa e torturada durante três anos sob o regime militar.

A carreira da ex-presidente Dilma iniciou-se muitos anos antes de seu auge

na Presidência da República. Ao cursar o Ensino Médio em 1964, Dilma Rousseff ingressou no Movimento Estudantil do colégio, que na época chamava-se Colégio Estadual Central, para lutar contra o regime ditatorial que fora imposto no Brasil.

Durante esses mesmos anos, a ex-presidente também se aliou ao Partido Socialista Brasileiro, até ao optar pela luta armada contra a ditadura, atuando no grupo Comando de Libertação Nacional (COLINA), uma organização de extrema-esquerda que lutava contra o regime militar imposto.

Em 1969, Rousseff começou a defender os ideais políticos da organização Vanguarda Armada Revolucionário Palmarensis (VAR-Palmarensis), um grupo de extrema-esquerda que, assim como o COLINA, defendia a luta armada contra a repressão ditatorial. Nesse mesmo ano, Dilma foi enviada para São Paulo com o encargo de manter em segurança as armas de seu grupo, sendo capturada no ano seguinte, em 1970 pela Operação Bandeirante (OBAN) e pelo Departamento de Ordem Política Social (DOPS), ficando presa e sofrendo torturas até o ano de 1972, quando deixou a prisão.

Nos anos que se seguiram, Rousseff se graduou e trabalhou arduamente na política, tendo passado pela Secretaria Municipal da Fazenda, Secretaria Estadual de Energia, Minas e Comunicações, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Casa Civil. Percorreu um longo caminho repleto de altos e baixos e polêmicas, tornando-se em 2011, a 36ª presidente da República do Brasil, entre os anos de 2011 e 2016, quando sofreu um impeachment por aquilo que ficou midiaticamente conhecido por “pedaladas fiscais”.

As tais pedaladas foram, na verdade, o uso de decretos de crédito suplementar. Dilma acabou por ser deposta da presidência antes do fim de seu segundo mandato através de um impeachment realizado pelo Congresso Nacional.

Muito foi discutido sobre os processos políticos e econômicos que estão presentes na saída de Dilma Rousseff da presidência (PRADO, 2017; JINKINGS, DORIA, 2016). Para alguns autores, as medidas de austeridade iniciadas no segundo mandato, a galopante crise econômica e mesmo a tentativa da elite política em barrar os efeitos jurídicos da operação Lava-Jato (operações policiais que envolviam investigar desvios de dinheiro na empresa estatal Petrobrás) são apontadas como razões para a articulação política que resultou na retirada da presidente do poder em 2016.

## **Dilma Rousseff e o machismo**

Visando observar como a cultura machista brasileira teve influência nos processos que desembocaram na retirada de Dilma da presidência da República em 2016, no transcurso desse trabalho, recolhemos, a título de demonstração, capas das principais revistas semanais brasileiras entre os anos de 2010, ano de candidatura, a 2016, ano de seu impeachment.

Desde que iniciou sua campanha ao cargo de presidente da República em 2010,



Dilma Rousseff enfrentou a cultura machista brasileira. A sua ascensão eleitoral também foi marcada por discursos incrédulos do potencial técnico de seu futuro governo.

Após sua posse, Dilma continuou a sofrer ataques misóginos constantes, muitos vindos da na internet. Em 2011 enquanto a então presidente, Dilma Rousseff estava com sua comitiva do Partido Trabalhista (PT), nos Estados Unidos, foi insultada pelo jovem Igor Gilly, que infiltrado a chamou de “vagabunda”, sendo aclamado pelo público contrário à Dilma, na Internet.

Entretanto, os comentários não terminaram em Igor; mais tarde no mesmo ano, o deputado Jair Bolsonaro, atualmente presidente eleito, em seu discurso na tribuna da Câmara pediu pra Rousseff parar “de mentir” e assumir “se gosta de homossexual”, “se o teu negócio é amor com homossexual, assuma”, se referindo à mais um estereótipo de que sendo uma mulher de ideais e imponente, logicamente, não teria um homem ao seu lado, mas seria homossexual.

Já em 2015 durante o processo de impeachment sofrido pela ex-presidente, o já citado deputado Jair Bolsonaro, ao dar o seu voto favorável ao processo na Câmara de Deputados, em seu discurso votou pela memória do já falecido Coronel Brilhante Ustra, que foi condenado na Justiça por tortura e sequestro na Ditadura Militar. Ustra foi chefe do Doi-Codi, considerado o pior órgão de repressão da ditadura militar, além de ter estuprado e torturado não só Dilma Rousseff, mas outras mulheres prisioneiras à época.

Esses eventos, bem como a eleição posterior de Bolsonaro à presidência em 2018, apenas reforçam a leitura que apresentamos a seguir sobre o caráter amplamente misóginos da política brasileira, evidenciando que os signos e imagens encontrados na campanha contrária a presidente Dilma Rousseff representada no material comunicativo selecionado são expoentes de uma cultura ainda fortemente presente.

A capa de revista escolhida é a da revista semanal Istoé, do dia 01 de abril de 2016, período que antecedeu ao impeachment. Nela, a presidente Dilma aparece com a boca aberta, olhos arregalados. A tônica da imagem é consagrar uma expressão de desvario, de loucura, de descontrole. O título corrobora para esse entendimento: “Uma presidente fora de si”, bem como a frase “As explosões nervosas da presidente”.



Capa da revista Istoé.

Fonte: Istoé

Ao analisarmos a imagem é possível perceber que os sentidos se multiplicam: loucura *versus* presidência; descontrole *versus* poder político, o que nos impõe pensar que a associação evidente, dado o contexto vivido no momento da publicação, é da incapacidade da presidente em permanecer no cargo para o qual fora eleita.

Evidente que o tom satírico, e mesmo agressivo, de capas semelhantes já foram usados no Brasil contra presidentes do sexo masculino, contudo, impõe refletirmos que a particularidade de se associar a figura feminina com a loucura, descontrole e desvario tem sido uma prática discursiva da cultura machista há séculos.

Os processos político-sociais que estavam relacionados com os estratagemas do impeachment diziam respeito às disputas vividas no interior da política brasileira, e tinham pouca ou nenhuma ligação com o temperamento ou carisma da presidente eleita. Mas, infelizmente, a construção simbólica produzida através da escolha de imagens da presidente nas revistas semanais, em especial a Istoé, durante o impeachment passou muito mais pelo reforço das “incapacidades” psicológicas de Dilma do que pelo debate político-ideológico.

Conforme publicação de página feminista, a capa da revista Istoé tornou-se emblemática deste período e do reforço da cultura que atribuí um papel minoritário a mulher ocupa na política brasileira:

Essa semana a capa da *Isto É* colocou a presidenta Dilma Rousseff como alguém que está perdendo o seu equilíbrio emocional. Aliás, não apenas a capa, mas a matéria da revista sobre Dilma parece querer a todo momento afirmar que ela não está aguentando a forte pressão da crise política, chegando inclusive a compará-la com “Maria, a Louca”, que foi a primeira Rainha do Brasil. Na matéria, também há especulações sobre remédios que Dilma estaria tomando, além de opiniões de especialistas sobre o possível desequilíbrio de Dilma. Bem, você pode se perguntar qual a relação disso com o feminismo. A questão é que você pode discordar da



Dilma, do governo dela, do partido, etc. E eu entendo que você tem razão pra isso. Sou mulher e por isso tenho várias razões para criticar esse governo. Só que justamente por ser mulher, sei que o machismo estrutural nos atinge das mais variadas formas. E claro, não seria diferente com Dilma. A revista *Isto É* resolveu se utilizar de uma imagem de mulher louca, mulher surtada, mulher histérica para explicar tudo o que está acontecendo politicamente (ATHAYDE, 2016).

Esta forma de conceber a mulher como propensa a loucura é historicamente reconhecida na literatura científica como parte da opressão de gênero experimentada pelas mulheres ao longo do século:

Analisando a questão a partir de olhares atuais, pode-se perceber que, naqueles contextos históricos, enlouquecer já seria em si desastroso, pelo precário esclarecimento em relação ao tema e pela falta de recursos terapêuticos para seu manejo. Mas quando o sujeito acometido pertencia ao sexo feminino, as concepções discriminatórias e opressoras em relação à mulher, místicas e supersticiosas do mundo antigo e medieval potencializavam o sofrimento a partir das relações de gênero. Como se pôde constatar, passar por esta experiência era absurdamente diferente para o homem e para a mulher, uma vez que a ela muito pouco era tolerado (ESQUINSANI, DAMETTO, 2012, p. 206).

É preciso esclarecer que diversos veículos de comunicação opositores ao governo Dilma, mantiveram a mesma estratégia discursiva em suas capas. O caso da revista *Isto É* é emblemático, por ser uma empresa jornalística de linha editorial de oposição desde o período eleitoral de Dilma em 2011.

Ainda conforme a matéria, trechos da revista, se referindo a fontes internas ligadas a Dilma que:

Não bastassem as crises moral, política e econômica, Dilma Rousseff perdeu também as condições emocionais para conduzir o governo. Assessores palacianos, mesmo os já acostumados com a descompostura presidencial, andam aturdidos com o seu comportamento às vésperas da votação do impeachment pelo Congresso. Segundo relatos, a mandatária está irascível, fora de si e mais agressiva do que nunca. (ISTOÉ, 2016).

Na matéria, tais fontes traziam informações que pareciam construir uma nova face da presidente, uma Dilma que nunca antes havia sido mostrada: um lado frágil e incapaz de Rousseff. A informação, portanto, se coaduna com os signos apresentados na capa: o descontrole de quem tinha “ataques”, e de que desta forma, não poderia presidir o Brasil. Na revista, a presidente inclusive é comparada a rainha Maria I, a Louca, que reinou sobre Portugal no século XVIII.

Em ação impetrada na Justiça, Dilma Rousseff ganhou o direito de resposta, pois a referida capa foi considerada ofensiva e seu teor inverídico, pois, segundo a decisão: “ser objeto de publicação a pessoa ocupante da Presidência da República não autoriza qualquer meio de comunicação a divulgar deliberadamente quaisquer informações escondendo-se sob o manto do direito de informação, uma vez que tal direito tem de ser guiado pela veracidade do conteúdo publicado”.

O caso da presidente Dilma Rousseff demonstra que:

está em curso um projeto patriarcal e fundamentalista que visa manter as mulheres confinadas à esfera privada e dedicadas às tarefas de cuidados com a família e

educação dos/as filhos/as, um projeto que propaga um perfil de mulher ideal como “bela, recatada e do lar”, bem distante dos holofotes da vida pública e dos cargos políticos que ainda permanecem sob domínio masculino de quem tem aquilo roxo (ZDEBSKYI, MARANHÃO, PEDRO, 2015, p. 229).

## IMPEACHMENT E A INCAPACIDADE FEMININA

Após intensos ataques a seu governo e mandato, em dezembro de 2015, tem-se início o processo de impeachment em Dilma Rousseff, por crime de responsabilidade (lei orçamentária e lei de improbidade administrativa).

Durante esse processo de deposição da então presidente, os comentários de opositores em rede sociais não eram apenas com relação ao governo ou ao conteúdo investigado, mas sobremaneira, a associação com o fato de uma mulher, de idade mais avançada estar à frente do país. A misoginia tornou-se parte da batalha discursiva para a queda de Dilma. Como veremos adiante, Dilma estava sendo julgada por seu porte físico, roupas ou mesmo sua sexualidade.

Como afirma a cientista política Maria Abreu, o machismo e a misoginia são formas cada vez mais percebidas de violência contras as mulheres, e só perpetuação é responsável pelo atual estado de constante opressão vivido pelas mulheres no Brasil e no mundo.

O machismo objetifica os corpos das mulheres, mas, para um machista, esses corpos contêm um valor que a ele, machista, deve pertencer. Para o misógino, a mulher não tem valor e a mulher negra, menos ainda o têm[v]. É um objeto que pode ser descartado, sem qualquer dignidade intrínseca. Talvez, para um misógino, um animal doméstico valha mais que a mulher livre. Se a mulher livre quis a liberdade sexual, então ela terá. E será punida por isso. Se a mulher quer frequentar espaços públicos à noite, deve saber que corre mais riscos de sofrer qualquer tipo de violência sexual. Se ousa ser presidenta ou primeira ministra de um país, sofrerá críticas por suas roupas, por seu excesso de feminilidade, ou pela falta de feminilidade. Será criticada por sua voz excessivamente doce, ou por sua voz dura. A violência contra a mulher parece ser maior quanto mais inadequada é considerada a posição em que ela se coloca. Sua liberdade de se expressar intelectual, política e sexualmente sempre estará sob um crivo mais severo do que aquele aplicado aos homens. Homens podem esquecer, com frequência, bobagens que fizeram em uma noite aleatória ou disseram em uma mesa de debate. Mulheres, ainda que esqueçam, serão julgadas por isso, muitas vezes sem o saber (ABREU, 2016).

Durante todo o seu mandato Dilma Rousseff foi alvo de críticas não só ao seu governo, mas ao seu vestuário, gerando imagens satíricas na Internet e levando ao contínuo julgamento na associação do modo de vestir com as capacidades técnicas e políticas da presidente. As críticas ao vestuário não são comuns aos presidentes do sexo masculino, mas ganhou proveniência num governo liderado por uma presidente mulher.

A seguir, em material comunicativo retirado de redes sociais, vemos como a imagem pública da presidente é comparada a elementos depreciativos e vexatórios. Como na imagem em que a presidente é fotografada no Congresso Nacional e seu

vestido é comparado com capa de botijão, numa clara relação entre o público e o privado; a política e o lar; prestígio e banal.



Comparação da roupa de Dilma Rousseff a capa de botijão de gás.

Fonte: Ego

Na imagem a seguir, a questão da adequação visual feminina é o tema. Dilma aparece trajando um conjunto já usado em outros eventos e por isso, na frase, ela é “incapaz de mudar o Brasil”.



Dilma usando conjunto repetido

Fonte: Gerador Memes

No Brasil, o culto ao corpo feminino padronizado e o excessivo valor social atribuído à chamada “beleza feminina” (considerada inclusive item de exportação e frequentemente relacionada com o tráfico de mulheres, a prostituição, a pedofilia, entre outros) faz com que o visual de uma mulher seja considerado uma de suas maiores grandezas. Esse é o mito da incapacidade feminina, atualizado a cultura da excessiva sexualização, que baseia as capacidades de uma mulher apenas na aparência e na beleza.

O tom jocoso, satírico e agressivo das imagens da ex-presidente Dilma Rousseff

podem ser encontrados em profusão. As imagens aqui selecionadas são pequena mostra do sexismo que marcou todo o processo de crítica ao governo e a personalidade política Dilma Rousseff. Para além das críticas naturais ao seu governo, importante salientar que a oposição à Dilma recuperou signos misóginos e trouxe à tona um conteúdo latente de preconceito contra as formas, projetos e capacidades femininas que ainda sobrevive no país.

A pouca participação política das mulheres no Brasil pode, sobremaneira, ser compreendida à luz de tais exemplos. Apesar de existirem diversas iniciativas visando o fim da desigualdade de gênero na política, como a obrigatoriedade dos partidos políticos passarem ao menos 30% dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) para candidaturas de mulheres, os ainda presentes valores machistas da cultura brasileira são, ao nosso ver, os principais vetores do afastamento das mulheres das posições de comando e gestão.

Como levar as mulheres a enfrentarem todos os desafios que as impedem de partilhar com os homens o poder político? Esta dúvida parece ainda não ter podido ser respondida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Noventa anos separam a eleição da primeira mulher a um cargo público no Brasil. Nesses noventa anos que separam Luísa Soriano e Dilma Rousseff vemos que muito foi conquistado na busca pela igualdade de gênero na política. Se antes o direito ao voto não era uma certeza, no Brasil de hoje a luta é para que as mulheres possam se candidatar e governar em pé de igualdade, para que as mulheres enfrentem os desafios da gestão pública sem carregar nos ombros o fardo do machismo.

A Internet e os meios de comunicação têm papel primordial no processo de combate ao machismo estrutural ainda vigente e não podem atuar como parte deste problema que permite que o Brasil esteja assemelhado aos países não-democráticos com relação ao acesso da mulher à política.

Para além das disputas políticas momentâneas, a ética comunicativa deve prevalecer como ideal na construção de uma sociedade com mais igualdade de gênero e menos violência contras as mulheres.

## REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores, Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002.

ABREU, Trocando o machismo pela misoginia? **Revista Escuta**. Abril, 2018. Disponível em: <https://>

revistaescuta.wordpress.com/2016/11/28/trocando-o-machismo-pela-misoginia/ Acesso em junho de 2018.

BARANOV, Tâmara. **A conquista do voto feminino**. Rio Claro, São Paulo, 2014.

BARBARA, Leila. GOMES, Maira Carmen Aires. **Mulheres, Política e Mídia: Algumas incursões em torno da representação sociocultural de Dilma Rousseff**. PUC-SP, UFV, 2012.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. - 11º ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 1998.

BRASIL. **Cresce a participação de mulheres em cargos de comando na Câmara**. Brasília,

DF, 2015. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/482910-CRESCE-A-PARTICIPACAO-DE-MULHERES-EM-CARGOS-DE-COMANDO-NA-CAMARA.html>> Acesso em 06 de junho de 2018.

BRASIL. **Boletim Estatístico de Pessoal e Informações Organizacionais. Ministério do Planejamento**, vol. 19, n. 214, fevereiro de 2014.

BRASIL. **Mulheres conquistam direitos nos últimos 100 anos**. 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/03/mulheres-conquistam-direitos-nos-ultimos-100-anos>> Acesso em 07 de junho de 2018.

ESQUINSANI, Rosimar. DAMETTO, Jarbas. Questões de gênero e a experiência da loucura na Antiguidade e na Idade média. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v.17, n.32, p.205-222, 2012.

GILMAN, Charlotte. **O Papel de Parede Amarelo**. 1891.

GROSSI, MÍRIAM PILLAR; MIGUEL, SÔNIA MALHEIROS. Transformando a diferença: as mulheres na política. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000100010&lng=en&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100010&lng=en&nrm=isso)> Acesso em: 01 julho de 2018.

JINKINGS, Ivana. DORIA, Kim. **Por que gritamos golpe?** Boitempo: São Paulo, 2016.

KARAWAJCZ, Mônica. Os primórdios do movimento sufragista no Brasil: o feminismo “pátrio” de Leolinda Figueiredo Daltro. In: **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 64-84, jan.-jun. 2014.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dilma, o feminismo e o machismo**. São Paulo, 2016.

O GLOBO. **TSE:Partidos devem repassar 30% do fundo eleitoral para campanhas de mulheres**. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/tse-fundo-eleitoral-deve-destinar-30-dos-recursos-para-campanhas-de-mulheres.ghtml>> Acesso em 14 de junho de 2018.

PRADO, Cassio. **Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment**. Edição do Autor: EUA, 2017.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Dilma Vana Rousseff**. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/dilma-rousseff/53e8e018a5fea40938000077.html>> Acesso em 06 de junho de 2018.

ZDEBSKYI, Janaina. MARANHÃO, Eduardo. PEDRO, Joana. A histórica e as belas, recatadas e do lar: Misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Revista Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, N. 38, Jul./Dez.de 2015 <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-204-3

